



Ms. 277
AB

Processo Administrativo nº 025/2022.

Requerente: Agropecuária Gratidão (Haras WS)

Requeridos: Adjailson André de Paiva, Emanuel Eduardo de Melo Silva, José Anderson Cruz de Lima (Cincho de Várzea), José Martins Barreto Neto (Zé Barreto), Sérgio Ednaldo Couto Nunes (Sérgio Nunes), José Emerson de Oliveira (Touro de Edson), José Aldemir da Silva Rock (Gordo MF), Jackson Nunes da Silva, Jeferson Nunes da Silva; Rowfran Belchior de Carvalho, Luiz Eriberto de Oliveira (Zé Borges), Celso Vitório dos Santos, Celso Vitório dos Santos Júnior e Ueslei Prata de Fraga (Ueslei Paiacan)

Decisão Administrativa

Relatório

Tratam-se os autos de Processo Administrativo aberto por solicitação da Agropecuária Gratidão Ltda (Haras WS) através de denúncia/requerimento encaminhado ao e-mail da ABVAQ na data de 25 de agosto de 2022, bem como posterior aditamento datado de 26 de agosto de 2022.

Na denúncia a requerente afirma, em síntese, que:

- a) Fomentou a Copa Don Príncipe Bar com o intuito de promover o garanhão do Haras WS, o garanhão que dá o nome da referida Copa. Participando da mesma, sem custo para os proprietários dos animais, apenas os filhos do referido garanhão;
- b) A Copa Don Príncipe Bar segue o regulamento da ABVAQ, além de possuir regulamento próprio, o qual não viola o regulamento da ABVAQ e foi aplicado de forma secundária durante o evento;
- c) O Regulamento da Copa Don Príncipe Bar foi amplamente divulgado nos meios sociais, em especial o Instagram do Haras WS, além de grupos de Whats App, principalmente no grupo criado para tratar da Copa com os proprietários dos animais;
- d) Durante a disputa da 3ª Etapa da Copa Don Príncipe Bar, realizada na vaquejada do Parque Rufina Borba, na cidade de Bezerros/PE, os requeridos, no início da terceira rodada da disputa, pleitearam rachar a premiação da referida etapa. Tendo, na ocasião, sido informado pela organização da Copa Don Príncipe, que não seria permitido o racha e que tal vedação estava expressa no regulamento da mencionada Copa. Diante da negativa, os requeridos afirmaram que não iriam mais competir, mesmo

AB



sendo advertido previamente que se assim procedesse seriam desclassificados e eliminados da Copa Don Príncipe Bar;

e) Mesmo diante das informações prestadas pela organização da Copa e da advertência feita, os requeridos, em comum acordo entre eles, ao arrepio do Regulamento da Copa Don Príncipe e negativa da organização da Copa Don Príncipe, decidiram não continuar a disputa, em flagrante atitude antidesportiva

f) O locutor chamou os requeridos para se apresentarem, contudo, nenhum deles adentrou a pista para tirar o boi. Por esta razão, todos os bois foram soltos e julgados zero pelo juiz de pista;

g) Diante da atitude antidesportiva dos requeridos, a requerente, após advertência prévia, decidiu pela desclassificação dos mesmos e eliminação da prova e da Copa Don Príncipe Bar;

h) Juntou aos autos provas de suas alegações, inclusive filmagem do ocorrido.

Ao final de suas alegações, a requerente, utilizando como fundamento o art. 35 do Regulamento Geral da ABVAQ, pleiteou à ABVAQ a abertura de processo administrativo, com o intuito de, após apuração dos fatos, que sejam aplicadas as medidas cabíveis aos requeridos em razão das atitudes antidesportivas por eles praticadas.

Após recebimento da denúncia, o Presidente da ABVAQ nomeou a presente Comissão Disciplinar Processante, composta por três membros, sendo o ora relator e os demais componentes abaixo assinado, para apuração e julgamento da referida denúncia.

Na data de 12 de setembro de 2022, esta Comissão Disciplinar Processante decidiu em dar seguimento a denúncia, determinando a citação dos requeridos para integrarem ao presente processo, e, no mesmo ato, intimá-los para, querendo, apresentarem defesas no prazo de 10 (dez) dias, inclusive com a juntada das provas que entenderem necessárias, bem como apresentarem impugnações às provas juntadas pela requerente (Ata fls. 10).

Todos os requeridos foram regulamente citados e intimados (fls. 12 a 26), conforme Certidões de fls. 27 e 37 e os documentos a elas atrelados.

Na data de 03 de outubro de 2022, os requeridos **Jackson Nunes da Silva, Jeferson Nunes da Silva e José Aldemir da Silva Rock**, através de e-mail encaminhado à ABVAQ, apresentaram defesa (fls. 43 a 47) por meio de advogado. Contudo não juntaram aos autos procuração outorgando poderes ao patrono, tampouco houve pedido de habilitação, apenas juntada da peça de defesa sem anexar qualquer documento probatório.

Em sua defesa, os citados 03 (três) requeridos afirmaram em suma que:



fls. 279
[Handwritten signature]

- a) Nenhum documento vincula os denunciados ao regulamento da Copa Don Príncipe Bar, que, por se tratar de regulamento que rege campeonato privado, é de suma importância que seus competidores assinem um contrato de adesão, obrigando-os a cumprir o regulamento, o que claramente não foi a postura adotada pela requerente;
- b) Pela falta de assinatura dos citados requeridos a qualquer documento que os vinculasse ao Regulamento da Copa Don Príncipe Bar, não há que se falar em responsabilização dos mesmos pelo conteúdo do art. 9º do Regulamento da Copa Don Príncipe;
- c) Que os requeridos não estavam vinculados a seguir o Regulamento da Copa Don Príncipe Bar, mas tão somente o Regulamento da ABVAQ, o qual não prever a prática do racha da premiação como atitude antidesportiva;
- d) Que, além da inexistência de qualquer documento assinado pelos requeridos os obrigando a cumprir o Regulamento da Copa Don Príncipe Bar, o requerido Jeferson Nunes, por ter atuado como esteira, não tinha poder de entrar na pista e competir;
- e) Por fim, que não há provas que vincule os denunciados ao Regulamento da Copa, não tendo a requerente comprovado suas alegações.

Diante de suas alegações, os requeridos **Jackson Nunes da Silva, Jeferson Nunes da Silva e José Aldemir da Silva Rock** pleitearam pela improcedência da denúncia e em pedido alternativa, caso seja julgada procedente, que lhes sejam aplicada pena de advertência. **Não havendo protesto por qualquer meio de prova.**

Em 04 de outubro de 2022, os requeridos **Celso Vitório dos Santos e Celso Vitório dos Santos Júnior**, através de advogado devidamente constituído (procuração fls. 57), apresentaram defesa, aduzindo em síntese que:

- a) Celso Júnior participou da Copa Don Príncipe Bar, como puxador, montando nos animais de propriedade da requerente;
- b) Diferente do que alega a requerente, os citados requeridos não foram os responsáveis pela paralização do evento, apenas combinaram, juntamente com os demais requeridos, racharem o valor da premiação e manter a disputa, conforme o regulamento;
- c) A paralização se deu em razão da ofensa proferida pela organização da Copa Don Príncipe Bar aos competidores.
- d) A direção decidiu impedir a concretização da divisão do valor, contrariando o acordo realizado pelos vaqueiros
- e) Em etapas anteriores foram divididos os valores, mas disputaram até o conhecimento do 1º, 2º e 3º lugares, sem qualquer obstáculo da organização do evento;

[Handwritten signature]



fls. 280
100

- f) A organização do evento mudou as regras anteriormente estabelecidas, por interesses pessoais, os quais são desconhecidos pelos requeridos;
- g) Não houve atitude antidesportiva, uma vez que não deram causa a paralização e que apenas estavam querendo rachar o valor da premiação, continuando na disputa normalmente;
- h) Não assinou o termo de compromisso, necessário ao fiel cumprimento do regulamento;
- i) O requerido Celso Vitório dos Santos, além do que fora relatado, o mesmo, na condição de esteireiro, não teria como adentrar na pista sem o puxador;

Em razão de suas alegações, os requeridos Celso Vitório dos Santos e Celso Vitório dos Santos Júnior requereram a improcedência do processo administrativo, e, de forma alternativa, que, em caso de procedência, não lhes fossem aplicada qualquer punição, uma vez que já foram severamente punidos com a desclassificações que lhes foram impostas (*Bis in Idem*).

Na data de 05 de outubro de 2022, os requeridos **Adjailson André de Paiva, Emanuel Eduardo de Melo Silva, José Anderson Cruz de Lima (Cinho de Várzea), José Martins Barreto Neto (Zé Barreto), José Emerson de Oliveira (Touro de Edson) e Sérgio Ednaldo Couto Nunes**, através de advogado devidamente constituído (procuração fls. 73 a 78), apresentaram defesa (fls. 60 a 72), afirmando em resumo que:

- a) A ABVAQ, por falta de previsão expressa no seu regulamento, não tem competência para julgar o presente processo administrativo, não podendo aplicar qualquer penalidade aos requeridos, por falta de previsão expressa;
- b) Não ocorreu qualquer conduta antidesportiva por parte dos requeridos;
- c) O regulamento foi disponibilizado de forma precária aos proprietários dos animais;
- d) Os requeridos buscavam rachar o valor da premiação, o que foi negado pela organização da "Copa Don Príncipe Bar", tendo um dos requeridos Sr. Sérgio Nunes questionado: "e se não for ninguém, soltar os boi tudinho", e como resposta o Sr. Wellington afirmou "eu capo a premiação e vocês não ganham nada". Se sentindo injustiçados, os vaqueiros se retiraram;
- e) Diante da recusa dos requeridos, a organização da Copa Don Príncipe informou que o vaqueiro que estava competindo no seu animal iria entrar para disputar. Contudo, o competidores Celso Vitório e Celso Júnior, informaram que não iriam correr, "pois não eram empregados dele";
- f) Os requeridos foram destratados pelo Sr. Wellington e foram desclassificados do circuito e não apenas da prova. E que a premiação da 3ª não foi paga, tendo sido juntada a premiação da 4ª etapa, o que viola o regulamento da própria competição;

8



fls 281
[Handwritten signature]

g) Os requeridos não se recusaram a disputar a 3ª etapa, apenas quiseram rachar o valor da premiação. Jamais houve o ato ilícito informado pela requerente, uma vez que esta não pagou o valor da premiação;

h) Caso seja julgada procedente a denúncia, que seja aplicada a pena de advertência por escrito, uma vez que não há contra os requeridos nenhuma conduta desabonadora, inexistindo reincidência dos mesmos.

Ao final, requereram pela total improcedência deste processo administrativo e, caso assim não seja, que se aplique a pena de advertência por escrito.

Em 06 de outubro de 2022, os requeridos **Rowfran Belchior de Carvalho e Luiz Eriberto de Oliveira (Zé Borges)**, sem advogado constituído, apresentaram defesa (fls. 83 a 87, aduzindo em síntese que:

a) As alegações da requerente em sua pela inicial foram articuladas de forma incoerente e leviana, desconexa da realidade, uma vez que foi ventilada, na terceira rodada da disputa, a possibilidade do racha entre as 09 duplas finalistas;

b) O vaqueiro Celso Jr, competindo no animal da requerente, afirmou que teria ficado no prejuízo na segunda etapa da Copa Don Príncipe, pois rachou o prêmio sem autorização do patrão (proprietário do animal) e que este teria segurado o pagamento e que só racharia se houvesse o consentimento da organização da Copa Don Príncipe e proprietária da égua que ele competia;

c) Foi chamado a organização da Copa para tratar do assunto, mas o gerente não compareceu. Tendo os competidores entrado na pista com o intuito de conversar com a organização do evento. Contudo, foram tratados com desrespeito, tendo a organização do evento afirmado que não autorizava o racha;

d) A organização do evento mandou o locutor chamar os vaqueiros, em especial o seu (Celso Jr). Porém, o vaqueiro Celso Jr. não entrou na pista, tendo o locutor mando soltar os demais bois, sem chamar cada competidor, infringindo o Regulamento da ABVAQ;

e) Por não ter sido chamado a comparecer na pista, os dois citados requeridos não cometeram atitude antidesportiva. Além de que, por se tratar de senha do cavalo, se houve a desclassificação, deveria ser do animal, e não dos vaqueiros;

Os requeridos **Rowfran Belchior de Carvalho e Luiz Eriberto de Oliveira (Zé Borges)**, ao final, requereram pela improcedência da denúncia.

Em 16 de outubro de 2022, o requerido **Ueslei Prata de Fraga (Ueslei Paiaçan)**, através de sua advogada constituída (procuração fls. 96) apresentou defesa (fls. 91 a 95), afirmando em suma que:

a) Foi convidado pelo competidor Celso Jr, minutos antes de iniciar a 3ª Etapa da Copa Don Príncipe Bar, para esteirar no lugar do Celso Vitória;

[Handwritten signature]



fls. 282

- b) Não assinou qualquer termo de compromisso declarando ciência da regras da competição, termo esse que é assinado pelo proprietário do animal e não pelo esteireiro;
- c) A decisão de rachar o prêmio é do proprietário do animal e do vaqueiro puxador, não tendo o esteireiro qualquer ingerência sobre esse aspecto;
- d) Não entrou na pista com os demais vaqueiros para conversar com a organização da Copa Don Príncipe.

Diante dos fatos alegados, o requerido pugnou pela total improcedência do processo administrativo, com sua exclusão do polo passivo da demanda.

Após a apresentação das defesas, a requerente foi intimada (mandado de intimação de fls. 101) para apresentar manifestação.

No dia 27 de outubro de 2022 a requerente, de forma tempestiva, encaminhou manifestação (fls. 105 a 116), cujo relatório se dispensa neste momento.

Na data de 02 de fevereiro de 2023 foi proferido despacho (fls. 119) determinando intimação das partes para **ouvida das testemunhas**, cuja audiência foi designada para a data de 14/02/2023 às 9h, pelo aplicativo Google Meet.

Todas as partes e os respectivos advogados forma intimados da audiência, conforme certidão de fls. 146.

Na data de 13 de fevereiro de 2023, às 21h44, os requeridos Adjailson André de Paiva, Emanuel Eduardo de Melo Silva, José Anderson Cruz de Lima, José Martins Barreto Neto, José Emerson de Oliveira e Sérgio Ednaldo Couto Nunes, através de seus patronos, encaminharam petição via e-mail da ABVAQ (fls. 147 a 153) solicitando adiamento da audiência, sob a justificativa de que os requeridos não poderiam comparecer a assentada por estarem em uma vaquejada no Estado de Alagoas.

No dia 14 de fevereiro de 2023, no horário indicado no mandado de intimação, foi enviado o link para as partes e os advogados habilitados nos autos, conforme certidão de fls. 154.

Aberta a audiência, foi registrada a ausência dos requeridos José Aldemir da Silva Rock (Gordo MF), Jackson Nunes da Silva e Jeferson Nunes da Silva, apesar de todos terem sido intimados. Em ato contínuo, foi requerido pela Dra. Flávia Menezes, reiterando a petição de fls. 147 a 153, o adiamento da audiência pela ausência

8



justificada dos seus representados. Fato também requerido pelo Dr. Luciano Henrique G. Silva, advogado dos requeridos Celso Vitório e Celso Jr.

Diante dos requerimentos, o Presidente decidiu por dar seguimento a audiência e que, em momento posterior, decidiria juntamente com os demais membros da Comissão Disciplinar Processante se haveria necessidade de fracionar a audiência para ouvida posterior da partes. Tendo os referidos advogados registrados os devidos protestos.

Seguindo a assentada, foram ouvidas as testemunhas apresentadas pela requerente e pelos requeridos. No transcorrer da assentada, foi constatado que a testemunha Ana Carla Batista Paiva, apesar de ter sido alertada no início da audiência, continuou na sala, escutando o depoimento da testemunha anterior (apresentada pela requerente), tendo a requerente pugnado pela desconsideração da depoente como testemunha, inclusive contraditando a mesma por ser esposa do requerido Adjailson André de Paiva.

Após o depoimento das testemunhas, o presidente da Comissão Disciplinar processante, ratificando sua decisão proferida no início da assentada, informou que decidiria, juntamente com os demais membros da comissão, acerca da necessidade ou não da ouvida das partes, bem como do pedido feito pela requerente de desqualificação da depoente Ana Carla Batista Paiva.

Na data de 15 de fevereiro de 2023 foi proferido despacho/decisão (fls. 166 e 167), com o julgamento indeferindo o depoimento pessoal das partes, uma vez que se manifestaram nos autos através de suas defesas, e tornando sem efeito o compromisso da depoente Ana Carla Batista Paiva, cujo depoimento será considerado como informação. Ao passo, foi determinada a intimação das partes para no prazo corrido de 05 dias apresentarem razões finais em memoriais.

As partes e os respectivos advogados habilitados foram intimados do despacho/decisão de fls. 166 e 167, conforme certidão de fls. 211.

Na data de 18/02/2023 os requeridos Adjailson André de Paiva, Emanuel Eduardo de Melo, José Anderson Cruz de Lima, José Martins Barreto Neto, Sérgio Ednaldo Couto Nunes e José Emerson de Oliveira, através dos seus patronos, apresentaram Razões Finais em Memoriais (fls. 236 a 243). A requerente, na data de 19/02/2023, por meio do seu patrono, encaminhou, via e-mail, Razões Finais em



284
fls. 284

Memoriais (fls. 247 a 252) e o requerido Ueslei Prata de Fraga (Ueslei Paiaçan), na data de 23/02/2023, por sua patrona, protocolou Alegações Finais (fls. 255 a 257).

Os requeridos Celso Vitório dos Santos e Celso Vitório dos Santos Júnior, apresentaram intempestivamente Razões Finais (fls. 260 a 268), conforme Certidão de fls. 269. Também intempestivamente, os requeridos Rowfran Belchior de Carvalho e Luiz Eriberto de Oliveira (Zé Borges) apresentaram Alegações Finais (fls. 271 a 274), consoante Certidão de fls. 275.

Esse é o breve relatório.

Passamos a decidir.

I – Das preliminares levantadas nas defesas

1. Falta de previsão expressa no regulamento da ABVAQ para apurar e punir os requeridos – Incompetência desta associação

Os requeridos Adjailson André de Paiva, Emanuel Eduardo de Melo Silva, José Anderson Cruz de Lima (Cinho de Várzea), José Martins Barreto Neto (Zé Barreto), José Emerson de Oliveira (Touro de Edson) e Sérgio Ednaldo Couto Nunes, em sua defesa alegaram a incompetência da ABVAQ para julgar o presente processo administrativo, em razão da falta de previsão expressa no seu regulamento.

De início, é importante destacar que a ABVAQ – Associação Brasileira de Vaquejada teve seu Regulamento Geral de Vaquejada reconhecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Portaria nº 1.781 de 14 de agosto de 2017, sendo de observação obrigatória por todos, principalmente após a publicação da Lei nº 13.873 de 17 de setembro de 2019.

Diferentemente do que afirma os citados requeridos, esta comissão entende que a ABVAQ tem total legitimidade para apurar a denúncia, uma vez que se trata de possível violação do Regulamento Geral de Vaquejada, o qual é de observação obrigatória por todos, principalmente pelos competidores (art. 1º), que participam de eventos com a chancela da ABVAQ.

Além de que, a conduta que está sendo apurada denunciada pela requerente, ou seja, possível atitude antidesportiva, está expressamente prevista no item 23.03 do Regulamento da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Quarto de Milha – ABQM, aplicado *in casu* de forma subsidiária, conforme art. 59 do Regulamento Geral de Vaquejada da ABVAQ.

8



Ms. 285
Apt

Dessa forma, ao contrário do que afirmam os requeridos em sua peça de defesa, a ABVAQ tem legitimidade e dever legal de apurar as supostas condutas praticadas pelos requeridos, consoante disposições nas normas supramencionadas.

Assim, rejeitada a preliminar em análise.

2. Ilegitimidade de Parte

Os requeridos Celso Vitório dos Santos, Luiz Eriberto de Oliveira (Zé Borges) e Ueslei Prata de Fraga (Ueslei Paiaacan), em sede de preliminar afirmaram ser partes ilegítimas para figurarem no polo passivo dos presentes autos, uma vez que eram apenas esteireiros, não tendo qualquer ingerência na decisão dos competidores puxadores e dos proprietários dos animais, em continuar, ou não, na apresentação.

Analisando os fatos e provas colhidas, entende esta Comissão Disciplinar Processante que a preliminar de ilegitimidade, ora analisada, se confunde com o mérito e com ele será analisada.

Dessa forma, também afasta a preliminar de ilegitimidade de parte.

3. Pedido de colheita de depoimento pessoal dos requeridos sob pena de nulidade por cerceamento de defesa

Os requeridos Adjailson André de Paiva, Emanuel Eduardo de Melo Silva, José Anderson Cruz de Lima (Cinho de Várzea), José Martins Barreto Neto (Zé Barreto), José Emerson de Oliveira (Touro de Edson) e Sérgio Ednaldo Couto Nunes foram intimados pessoalmente e através dos seus patronos para comparecimento à audiência virtual. Contudo, apenas na véspera da audiência, por volta após as 21h, alguns dos requeridos, protocolaram petição solicitando o adiamento da audiência sob a alegação de que estavam ainda na vaquejada, impossibilitados de comparecerem.

A justificativa apresentada não é suficiente para adiamento do feito ou mesmo fracionamento da audiência, uma vez que, foram intimados com bastante antecedência.

Além disso, não há que se falar em nulidade por cerceamento de defesa em razão da negativa da colheita dos depoimentos pessoais dos requeridos, uma vez que todos manifestaram-se através de suas defesas, sendo a maioria delas, subscritas por advogados capacitados, com apresentação de detalhes e informações que em nada seriam acrescentados em depoimentos pessoais.

8



Ms 286
ABVAQ

Aos requeridos foram imputadas práticas de atitudes antidesportiva, durante a 3ª Etapa da Copa Don Príncipe Bar, realizada na Vaquejada do Parque Rufina Borba, na cidade de Bezerros/PE no mês de agosto de 2022, por não terem continuado na disputa, parando na 3ª rodada, em razão da negativa da organização do evento em concordar com o racha da premiação entre as 9 (nove).

A Copa Don Príncipe Bar foi um evento criado pela requerente com o intuito de promover o garanhão de sua propriedade, o cavalo Don Príncipe Bar, premiando exclusivamente os filhos do citado garanhão. Tratava-se de um evento fechado, dentro de uma corrida chancelada pela ABVAQ, com isso, tornando obrigatório o cumprimento integral do Regulamento Geral de Vaquejada (RGV).

O fato da observação obrigatória ao RGV, nos termos do art. 1º do citado regulamento, não proíbe o organizador de vaquejada de estabelecer regulamento próprio no seu evento, desde que não viole normas contida no RGV.

No que pese ao racha, não há no RGV previsão expressa quanto ao mesmo, nem quanto à sua proibição, muito menos quanto à sua permissão. Nesse caso, pode o organizador do evento publicar regulamento abordando este tema, sem que haja violação ao RGV.

No caso dos autos, ficou comprovado que a requerente publicou regulamento próprio da Copa Don Príncipe Bar, proibindo o racha na premiação. Regulamento esse que foi publicado no Instagram do Haras WS (promotor da Copa Don Príncipe Bar), bem como em grupos de Whats App, conforme provas acostadas aos autos, inclusive confirmado pela testemunha Fernando Antônio Moraes Barbosa, que ao ser questionado sobre a publicação precária do regulamento, disse em seu depoimento: *"discorda que tenha sido de forma precária, pelo fato que a gente divulgou várias vezes, não somente na plataforma principal do haras... Instagram..., como também em grupos de Whats App, que todos eles se encontravam frequentemente. Prova que eles sabiam o dia que ia iniciar e estavam todos lá para competir, né?" (8'05")*. Fato corroborado pela testemunha Diego Régis Militão, vaqueiro que também competiu na Copa Don Príncipe, ao informar que *"tem no regulamento dizendo que não podia racha, eu sei disso, sou ciente disso." (1h43'16")*.

Não há dúvidas quanto à existência do Regulamento da Copa Don Príncipe Bar, nem em relação à sua publicidade feita pela organização do evento.

Quanto à alegação de alguns dos recorridos de que não assinaram o Termo de Compromisso, e por isso não estavam obrigados a cumprir o Regulamento da Copa Don Príncipe Bar, também não merece acolhimento, uma vez que no nosso entender tal documento representa uma mera formalidade, já que o regulamento, conforme dito, teve sua publicidade realizada com antecedência, tendo inclusive sido encaminhado aos

[Handwritten signature]



proprietários dos filhos do garanhão Don Príncipe Bar, conforme confessado pelos requeridos Adjailson André de Paiva e outros em sua defesa (fls. 63).

Caberiam aos requeridos, ao serem convidados pelos proprietários dos animais nos quais iriam correr, observar atentamente as regras da competição, já que se tratava de uma competição privada, restrita e exclusiva para filhos do garanhão da requerente, e sem qualquer custo de inscrição para o proprietário do animal e também para o vaqueiro. Não podem os requeridos, diante da sua inércia, alegar o desconhecimento do regulamento para se eximir da obrigação do seu cumprimento.

No que diz respeito à existência de racha nas duas primeiras etapas da Copa Don Príncipe Bar, entendemos que de fato existiu o racha na divisão da premiação, racha esse celebrado entre os vaqueiros, sem o conhecimento da organização da Copa Don Príncipe Bar.

Nos autos, a requerente se desincumbiu satisfatoriamente do seu *ônus probandi* de que se houve racha não foi com o seu consentimento, uma vez que juntou comprovante de pagamento das premiações do 1º, 2º e 3º lugares da 1ª Etapa da Copa Don Príncipe Bar, onde sagrou-se campeão o requerido Adjailson André de Paiva (premiação de R\$ 15.000,00 feita em nome de C.A. da Silva Marmoaria – fls. 110), em segundo lugar o requerido Jackson Nunes da Silva (premiação de R\$ 10.000,00 feita diretamente na conta do competidor, por autorização do proprietário do animal – fls. 111) e em terceiro lugar o requerido Celso Jr (que recebeu remuneração por correr no anilã de propriedade da requerente).

No mais, a depoente Ana Carla Batista Paiva, esposa do requerido Adjailson André de Paiva, em seu depoimento informou que “não pode afirmar se o pessoal do haras tiveram conhecimento do racha das etapas anteriores” (1h11’35”), afirmou quando houve racha sem falar com organização do evento e continuaram a disputar, não teve qualquer problema (1h22’53”).

Dessa forma, ficou comprovado que houve racha nas duas primeiras etapas da Copa Don Príncipe Bar. Contudo, também ficou demonstrado que a requerente não teve conhecimento prévio desses rachas.

Por demais, os próprios requeridos Rowfran Belchior de Carvalho e Luiz Eriberto de Oliveira (Zé Borges), confessaram que *“o vaqueiro Celso Jr., que competiu em uma égua de propriedade do manifestante, informou que teria realizado o “racha” na segunda etapa, etapa anterior, e teria ficado no prejuízo, pois seu “patrão” (proprietário) teria segurado o pagamento, deixando em situação delicada com os outros competidores e que só entraria no racha proposto caso ocorresse a aceitação dos organizadores da copa e proprietário da égua que o mesmo competia (são os mesmos).”* (item 6 – fls. 84).



ms-288
RMA

A posição tomada pelo requerido Celso Jr., nos termos relatados pelos requeridos Rowfran e Luiz Eriberto, além de comprovar o conhecimento da proibição do racha, comprova que os rachas ocorridos nas etapas anteriores foram realizados sem o consentimento da requerente.

Por outro lado, observando a atitude da **requerente como proprietária de animal que estava disputando**, em ralação à não concordância com o racha na terceira etapa, mesmo que não houvesse previsão no regulamento de tal proibição, a **requerente como proprietária de animal competindo na disputa teria total legitimidade para não concordar com o racha proposto pelos competidores, já que, quando há o racha consentido, TODOS os envolvidos na disputa devem concordar, inclusive o proprietário do animal.**

Também sob essa ótica, não há qualquer ato ilícito da requerente em discordar com o racha na premiação.

Ultrapassada a questão da validade do Regulamento da Copa Don Príncipe e da licitude do ato da requerente de proibir o racha no evento, passaremos a analisar se houve ou não atitude antidesportiva por parte dos competidores.

Primeiro passo é entender o conceito geral de antidesportiva. Trata-se de um comportamento disruptivo que pode afetar a segurança, competitividade, entretenimento ou integridade de um evento de maneira significativamente negativa.

O fato dos competidores terem seu pleito de rachar a premiação negado, e em virtude disso se recusarem a competir, amolda-se como conduta antidesportiva.

Mesmo que tenha ocorrido excesso na maneira de serem tratados por parte da gerência da requerente, Sr. Wellington, não justificaria a atitude tomada pelos requeridos, uma vez que eles poderiam ter continuado na disputa e em seguida realizado denúncia à ABVAQ com o intuito de apurar a conduta do citado gerente, nos termos do art. 35 do RGV.

Negar-se a entrar na pista para concluir a fase de disputa, manchou negativamente a imagem do evento, até porque milhares de pessoas estavam acompanhando *in loco* e pela transmissão via internet, ansiosos para saber qual dupla de vaqueiros seria a grande campeã. Assim, a atitude dos competidores é flagrante conduta antidesportiva, passível de punição.

Não se faz necessário ter se consumado o racha para configurar a atitude antidesportiva. O fato dos competidores se recusarem a entrar na pista para continuar competindo, por se só já se enquadra com tal.

Contudo, por se tratar de vários requeridos, inclusive vaqueiros que estavam apenas exercendo a função de esteira, faz-se necessário observarmos a conduta de cada um deles.

8



Em relação aos vaqueiros de puxar, não há dúvidas de que os mesmos incorreram em atitude antidesportiva, passível de punição, já que a decisão de não entrar para continuar na disputa, naquele momento da prova, cabia-lhes exclusivamente.

Já em relação aos vaqueiros de esteira, entendemos que, apesar do depoimento da testemunha Diego Régis Militão informar que *"o esteireiro tem o mesmo poder do puxador, porque são uma equipe, são os dois. Não só é direito do puxador. Cabe a eles dois combinarem a decisão e tomar a decisão"* (1h48'59"), a decisão de rachar, na maioria das vezes, cabe ao puxador juntamente com o proprietário do animal, não havendo interferência direta do vaqueiro de esteira. Daí a necessidade de analisarmos a conduta de cada um deles.

Nos autos os requeridos Sérgio Ednaldo Couto Nunes, Jeferson Nunes da Silva, Celso Vitório dos Santos, Luiz Eriberto de Oliveira (Zé Borges) e Ueslei Prata de Fraga (Ueslei Paiacan) atuaram na competição na função de esteira. Nesse caso, faz-se necessário a análise isolada da conduta de cada um deles, de acordo com as provas dos autos.

Pelas imagens, o requerido Sérgio Ednaldo Couto Nunes, mesmo na função de esteireiro, adentrou na pista de competição, com o intuito de buscar autorização da organização do evento para o racha da premiação. Ao ser negado o pleito, o citado requerido questionou *"e se não for ninguém, saltar os bois tudinho"*, fato inclusive por ele confessado em sua defesa (fls. 63). O que comprova sua participação direta na decisão tomada pelo grupo de vaqueiros de não adentrarem na pista para continuar a disputa.

Também analisando as imagens juntadas aos autos, está clara a participação direta do requerido Celso Vitório dos Santos, uma vez que o mesmo, de maneira exaltada, "grita" do lado oposto da pista informando que ninguém vai correr não.

Em relação aos requeridos Jeferson Nunes da Silva, Luiz Eriberto de Oliveira (Zé Borge) e Ueslei Prata de Fraga (Ueslei Paiacan), não há nos autos prova de que tenham participados da decisão de não entrarem na pista para continuar na disputa, razão pela qual, não podemos atribuir-lhes a prática de conduta desportiva por falta de provas do seus envolvimento direto.

Assim, entendemos que, com exceção dos requeridos Jeferson Nunes da Silva, Luiz Eriberto de Oliveira (Zé Borges) e Ueslei Prata de Fraga (Ueslei Paiacan), os demais requeridos agiram em conduta antidesportiva.

Destaca-se que, mesmo não havendo provas de que os 03 (três) citados requeridos não agiram em conduta antidesportiva, suas desclassificações realizadas pela requerente foram corretas, já que a desclassificação inclusive por conduta



Ms. 290
100

antidesportiva engloba a dupla de competidores, ou seja, o vaqueiro puxador e o esteireiro.

No que pertine à alegação do requerido Rowfran Belchior de Carvalho de que não foi chamado para entrar e tirar o boi no prazo de 01 minuto, acarretando descumprimento do RGV, não merece acolhimento, uma vez que, além das provas dos autos comprovarem que todos os vaqueiros, em especial os de puxar, estavam alinhados para não continuar na disputa, não houve questionamento por parte do citado requerido naquele momento, o qual, inclusive, teria a opção de pedir o boi na alternativa, solicitando o retorno, com o seu direito de continuar na competição.

Mesmo que fosse atacada sua tese de defesa, nesse caso, não caberia imputar à requerente qualquer responsabilidade, mas tão somente solicitar à ABVAQ a apuração da conduta dos profissionais que estavam trabalhando, nos termos do art. 36 do RGV.

Em relação à tese de que a requerente violou o RGV, uma vez que não poderia haver a substituição do vaqueiro nas demais etapas da Copa Don Príncipe, também é totalmente improcedente.

A impossibilidade de substituição do vaqueiro é em qualquer fase da competição (classificação ou disputa – alínea c do parágrafo primeiro do art. 5º do RGV). **Essa proibição não se estende as demais etapas do campeonato, copa ou circuito. Podendo o proprietário do animal substituir o vaqueiro para etapa seguinte, o que não pode é substituir na etapa que se iniciou até o seu término.**

A testemunha Diego Régis Militão, que também estava competindo na Copa Don Príncipe Bar, em seu depoimento afirmou que *"participou da Copa Don Príncipe como puxador. Só não participou da fina, mas mandou o cavalo ir" (1h32'57")*, informando que quem correu no cavalo na quarta etapa foi o vaqueiro Claudeci.

Ademais, no formato da Copa Don Príncipe, a senha foi destinada aos animais filhos do garanhão que deu nome a copa. Assim, como em todos os eventos, o vaqueiro é contratado pelo proprietário do animal e não pelo organizador da vaquejada.

Assim, não há que se falar em violação ao RGV no caso de substituição de vaqueiro para etapas seguintes.

Passamos à fixação da punição

Na aplicação das penalidades será considerada a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provieram (para o esporte como um todo), as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes dos denunciados em processos administrativos junto à ABVAQ.

100



fls. 291
[Handwritten signature]

Ora, não restam dúvidas das atitudes antidesportivas praticadas pelos requeridos, **com exceção dos requeridos Jeferson Nunes da Silva, Luiz Eriberto de Oliveira (Zé Borges) e Ueslei Prata de Fraga (Ueslei Paiaçan).**

A materialidade da conduta dos requeridos, com exceção dos 03 citados no parágrafo anterior, em relação à conduta antidesportiva, está perfeitamente demonstrada no bojo dos autos, inclusive através de provas documentais, vídeos e depoimentos de testemunhas.

Provada a autoria e materialidade da infração, e não existindo justificativa ou dirimentes em favor dos requeridos, há de que lhe aplicar a reprimenda prevista no parágrafo único do art. 35 do RGV c/c o item 23.04 do Regulamento da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Quarto de Milha, aplicado *in casu* de forma subsidiária, nos termos do art. 59 do RGV da ABVAQ.

Nos parece que a melhor interpretação a ser dada as normas acima referidas é no sentido de que, ao aplicar a penalidade, deva ser considerada a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provieram (inclusive ao esporte como um todo), as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes dos requeridos em processo administrativo junto à ABVAQ.

Os critérios ou elementos balizadores da dosimetria da punição, dependerão da gravidade dos fatos, que *in casu* deve ser levado em consideração a culpabilidade dos requeridos e o dano que causou não apenas à organização da Copa Don Príncipe Bar, mas também ao esporte como um todo.

Diante das provas colhidas nos autos, está comprovada a prática do ato antidesportivo e o seu dolo. Sendo, de logo, descartada a aplicação apenas da pena de advertência.

Há de se reconhecer a necessidade de aplicação da pena de desclassificação da etapa e do circuito que estavam competido, no caso da Copa Don Príncipe Bar, além da pena de suspensão em corridas chancelas pelo prazo de 30 (trinta) dias. Contudo, deve-se levar em conta a conduta social, a gravidade da conduta, o dano, os motivos, a primariedade e o meio utilizado.

Destacamos que após verificação nos arquivos da ABVAQ, ficou comprovada a primariedade dos requeridos, uma vez não ter os mesmos sido condenados em qualquer outro processo administrativo junto a esta associação, salvo o requerido José Aldemir da Silva Rock.

É importante considerar que, mesmo sendo comprovada a culpabilidade dos requeridos, resta também comprovado seu bons antecedentes, inexistindo, ao menos comprovado nos autos, mácula em sua conduta social. Assim, por serem primários, salvo

[Handwritten signature]



o requerido José Aldemir da Silva Rock, entendemos pela aplicação de atenuantes. O que, de logo, retiramos a pena de suspensão por 30 (trinta) dias de corridas chanceladas.

Contudo, faz-se necessário destacar que, o que se busca in casu não é apenas aplicar uma pena administrativa aos competidores denunciados, afastando-os das competições chanceladas por esta associação, mas também demonstrar a todo o coletivo social o aspecto negativo e reprovável da conduta, buscando, com isso, intimidar os competidores no geral para que não pratiquem atitudes antidesportivas.

Acreditamos que a punição já lhes foram corretamente aplicadas, uma vez que os requeridos foram desclassificados da Copa Don Príncipe Bar.

Assim, diante do exposto, esta comissão, à unanimidade, reconhecer a culpabilidade dos requeridos, com exceção dos requeridos Jeferson Nunes da Silva, Luiz Eriberto de Oliveira (Zé Borges) e Ueslei Prata de Fraga (Ueslei Paiaçan), com a condenação na pena de desclassificação da 3ª Etapa da Copa Don Príncipe Bar, bem como da suspensão da 4ª e última etapa da citada copa, penalidade que, segundo apurado nos autos, já foram cumpridas pelos requeridos.

No que diz respeito à possível conduta indevida praticada pelo gerente da requerente, Sr. Wellington, relatada pelos requeridos em suas defesas, em havendo interesse dos mesmos que seja apurada, deverão encaminhar representação junto à ABVAQ, com fundamento no art. 35 do RGV.

Remeta-se esta decisão ao Presidente da ABVAQ, para análise e posicionamento, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral. Após decisão do Presidente, intime-se as partes do inteiro teor da presente decisão, bem como providencie-se a publicação no site oficial da ABVAQ.

João Pessoa/PB., 27 de fevereiro de 2023.

Leonardo Dias de Almeida

Presidente da Comissão

Membro da Comissão

Membro da Comissão



fls 293
[Signature]

Processo Administrativo 025/2022

À Presidência da ABVAQ.

Sr. Paulo Gustavo Araújo Lima Moura

Prezado Presidente,

Em razão da determinação contida na decisão de fls. 277 a 292, segue cópia da mesma para que Vossa Senhoria, com fundamento no art. 37 do Regulamento Geral de Vaquejada, decida pela validação, ou não, da referida decisão.

Sem mais para o momento, renovo os votos de estima e consideração.

João Pessoa/PB., 27 de fevereiro de 2023.

Aliene Pontes Bernardo

Aliene Pontes Bernardo
Secretária



fls 294
ABVAQ

Processo Administrativo 025/2022

CERTIDÃO

Certifico que na data de 27/02/2023 os autos foram encaminhados ao Presidente da ABVAQ para análise e posterior validação, ou não, da decisão proferida pela Comissão Disciplinar Processante nos autos do Processo Administrativo de número 025/2022.

João Pessoa/PB., 27 de fevereiro de 2023.

Aliene Pontes Bernardo
Aliene Pontes Bernardo
Secretária



pls 295
Amo

À Comissão Disciplinar Processante do PA 025/2022

Após análise da decisão de mérito, a mim encaminhada por esta Comissão Disciplinar Processante, nos autos do Processo Administrativo 025/2022, valido a mesma, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral da ABVAQ. Devendo, assim, o presente seguir seu regular trâmite, com a notificação das partes e publicação da decisão no site da ABVAQ.

João Pessoa/PB., 01 de março de 2023.

Presidente da ABVAQ